



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Ata da 9ª Sessão Ordinária da 3ª Sessão Legislativa, da 15ª Legislatura, realizada pela Câmara Municipal de Cascavel em 02 de março de 2015, com início às nove horas e cinquenta e cinco minutos sob a Presidência do Vereador **GUGU BUENO**, secretariada pelo vereador **ROMULO QUINTINO** e com a presença dos vereadores: Aldonir Cabral, Claudio Gaitero, Celso Dal Molin, Fernando Winter, Gugu Bueno, Jaime Vasatta, Ganso Sem Limite, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Luiz Frare, Marcos Rios, Nei H. Haveroth, Paulo Porto, Pedro Martendal, Professor Paulino, Robertinho Magalhães, Romulo Quintino, Rui Capelão, Vanderlei A. da Silva e Walmir Severgnini. Após a leitura de um trecho da bíblia feita pelo vereador Celso Dal Molin, foi solicitada questão de ordem pelo Vereador Jorge Bocasanta. – Presidente: – Pois não. – Vereador Jorge Bocasanta: Em primeiro lugar, esse vereador apoia os funcionários da saúde. Deu na mídia o nosso vereador Ganso Sem Limite e eu gostaria que, se a mesa tem alguma coisa pra fazer em relação a esse procedimento, que foi envolvido o nosso colega vereador. – Presidente: Como é de conhecimento de toda sociedade de Cascavel, de fato a mesa diretora espera uma representação por parte de alguns vereadores, pra poder encaminhar esse caso ao Conselho de Ética, pra que ele possa tomar as medidas que achar providencial. – Vereador Jorge Bocasanta: Mesmo contra meus princípios, mas eu gostaria de representar contra o Ganso Sem Limite, pra ver os motivos que a imprensa está denunciando e pra fazermos uma Comissão de Ética, pra ver se ele tem alguma culpa ou não. Gostaria de representá-lo. – Presidente: Registre-se na ata dessa sessão a representação, formulada pelo vereador Jorge Bocasanta e baseada nos fatos que vieram a público na imprensa de Cascavel. Registre-se a representação do vereador Jorge Bocasanta contra o vereador Ganso Sem Limite. Essa presidência acata a representação e encaminha pra o Conselho de Ética pra que imediatamente instaure processo e proceda a devida investigação. Está acatada a representação feita pelo vereador Jorge Bocasanta e o vereador Ganso Sem Limite responderá perante o Conselho de Ética dessa Casa. Sob a proteção de Deus e havendo número regimental, dou por aberta à sessão e solicito ao senhor Secretário que efetue a leitura da matéria de expediente, recebida pela mesa. **PEQUENO EXPEDIENTE** – Projeto de lei nº 15/2015. Emenda aditiva e modificativa ao Projeto de lei nº 157/2015. Emenda 1 da Comissão de Saúde e Assistência Social ao Projeto de lei nº 5/2015. Projeto de resolução nº 1/2015. Projeto de decreto Legislativo nº 1/2015. Moção nº 5/2015. Emenda 1/2015 aditiva e modificativa ao anteprojeto de Lei nº 5/2015. Parecer favorável nº 3/2015 da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de lei nº 7/2015. Parecer favorável nº 1 da Comissão de Viação, Obras Públicas e Urbanismo ao Projeto de lei nº 7/2015. Ofício nº 105/2015 do gabinete F.W/C.M.C. Ofício nº 78/2015 do gabinete do secretário de assuntos jurídicos Welton de Farias Fogaça. Inscritos pra falar no grande expediente os vereadores: Jorge Bocasanta, Professor Paulino, Nei H. Haveroth, Rui Capelão, Cláudio Gaitero, Romulo Quintino, Paulo Porto, Luiz Frare e Pedro Martendal. – Presidente: Finda que está a leitura da matéria de expediente. **INCLUSÃO OU**



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

DESTAQUE PARA ORDEM DO DIA – Presidente: Eu deixo a palavra livre aos senhores vereadores, para inclusão ou destaque para a ordem do dia. (Não houve nenhuma solicitação, neste sentido). **ORDEM DO DIA** – Presidente: Damos início à ordem do dia. Antes de iniciarmos a deliberação da ordem do dia, quero cumprimentar todos os presentes nesta manhã aqui na Casa, em especial aos servidores da saúde do município de Cascavel. Todos nós já externamos nossa sensibilidade para a causa, sabemos que o momento é de grande apreensão, mas todos os senhores e senhoras são bem vindos a essa Casa que pertence ao povo de Cascavel. Em primeira discussão e votação o Projeto de lei nº 157 que, dispõe sobre desafetação e autorização para alienação do lote 12-/A, quadra nº 28, matrícula nº 77068 do 1º Cartório de Registro de Imóveis do município de Cascavel, e dá outras providências, de autoria do Executivo Municipal; em discussão o projeto. (-Peço a palavra) Com a palavra vereador Jorge Bocasanta. – Vereador Jorge Bocasanta: Eu estava lendo essa desafetação e vou propor uma emenda amanhã, pra mudar o título pra venda do terreno. Ao invés de ser licitação vou propor uma emenda pra ser leilão público, onde todo mundo poderá ter acesso à venda, sem ter pré-requisito nenhum. Era só isso. Obrigado. – Presidente: Em primeira votação o projeto de lei nº 157/2014; os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão e os contrários que se manifestem. Projeto de lei aprovado em primeira votação pela totalidade dos senhores vereadores. Em primeira discussão e votação o Projeto de lei nº 78 que estabelece diretrizes para a política municipal de atendimento às mulheres em situação de violência e dá outras providências, de autoria do vereador Vanderlei Augusto da Silva, projeto esse, que recebeu o parecer contrário da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento; em discussão o parecer contrário. Em votação o parecer contrário da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento; senhor primeiro secretário, proceda à votação nominal do parecer contrário, por favor. (Foram favoráveis, os vereadores: Aldonir Cabral, Cláudio Gaiteiro e Ganso Sem Limite) (Foram contrários, os vereadores: Celso Dal Molin, Paulo Porto, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Nei H. Haveroth, Rui Capelão, Fernando Winter, Jaime Vasatta, João Paulo, Romulo Quintino, Professor Paulino, Robertinho Magalhães, Walmir Severgnini, Vanderlei Augusto da Silva, Marcos Rios, Luiz Frare e Pedro Martendal) – Secretário: Com 3 votos favoráveis e 17 contrários; parecer contrário prejudicado, senhor presidente. Como o parecer foi prejudicado com 17 votos contrários e apenas 3 favoráveis; passamos à discussão do projeto de lei 78/2014 e em discussão o projeto. (-Peço a palavra) Com a palavra vereador Vanderlei Augusto da Silva. – Vereador Vanderlei Augusto da Silva: Agradecer aos senhores vereadores a derrubada do parecer contrário e dizer que, o projeto de lei nº 78/2014 é um projeto muito importante para o município de Cascavel e sobretudo para as mulheres, porque ele estabelece as diretrizes para uma política municipal de atendimento às mulheres em situação de violência. Claro que, a política municipal de atendimento às mulheres será elaborada pelo município de Cascavel, sobretudo pelo Conselho Municipal dos Direitos da Mulher. Nosso projeto de lei vem



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

estabelecer algumas diretrizes que no desenvolvimento da política municipal precisam estar estabelecida. Estamos propondo que o poder público, quando da formulação e da realização da política municipal de atendimento às mulheres em situação de violência, pautar-se-á pelas seguintes diretrizes entre outras possíveis e necessárias à prevenção e controle da violência contra mulheres enquanto vítimas. E com as seguintes diretrizes: o desenvolvimento de ação de atendimento prioritário especialmente de natureza médica, psicológica, jurídica e de assistência social. De modo interdisciplinar, as mulheres em situação de violência, a conscientização de todos, especialmente dos que fazem atendimento às mulheres em situação de violência em órgãos públicos ou privados, sobre a importância da denúncia como forma de inibição da própria violência. Fornecimento de curso de treinamento especializado no atendimento às mulheres em situação de violência. Manutenção e ampliação de acordo com a necessidade de abrigos para mulheres em situação de violência. Realização de campanhas contra violência no âmbito conjugal, afetivo e doméstico. Divulgação permanente de endereço e telefone de órgãos e entidades de atendimento à mulher em situação de violência e a disponibilização por meio de uma central pra prestar informações por contato pessoal, telefônico, eletrônico ou para realizar denúncia sobre atos de violência contra mulher e o encaminhamento de denúncia ao Ministério Público, autoridade policial e aos órgãos e entidades de defesa da mulher. Neste momento gostaria de registrar que a saúde do município de Cascavel...os servidores que aqui estão, serão muito importantes na execução e consecução dessa lei; porque são nas unidades de saúde que muitas vezes as mulheres vítimas de violência procuram atendimento, são: nos Cras, nos Creas, nos serviços de segurança pública e, em Cascavel temos a delegacia da mulher. É de nossa autoria também, o projeto que cria o centro de referência de atendimento integral à mulher no município de Cascavel e estão sendo buscados recursos pra sua implantação. Esse projeto tem o aval e foi amplamente discutido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Mulher do Município de Cascavel e foi aprovado por aquele Conselho. O Conselho Municipal da Mulher vem debatendo assuntos muito importantes e em se tratando da rede de atendimento à mulher, atualmente o município de Cascavel conta com o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, Delegacia da Mulher, o 1º Juizado Especial de Violência Contra a Mulher, a 4ª Vara Criminal e o serviço de atendimento institucional pra mulheres em situação de violência, Centro de Referência Especializado Creas III, Serviço de Saúde Especializado de Atendimento à Mulher e as Organizações Não Governamentais que trabalham na defesa e promoção dos direitos da mulher. Também destacamos que em 2013, foi o marco para a política da mulher no município de Cascavel, bem como em 2014 os seguintes avanços: em 2013, foi aprovada lei 6.193 que institui o Centro de Referência e Atendimento Integral à Mulher. Em 2013, Cascavel assinou o termo de adesão ao Programa Mulher Viver Sem Limites e adesão ao Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. O termo institui o decreto 11622, que dispõe sobre a criação no setor da Secretaria Municipal de Assistência Social da Coordenadoria Municipal de Política pras



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Mulheres, serviços que acontecerão nos próximos anos. Em abril de 2014, Cascavel foi contemplada como município polo no enfrentamento à violência contra mulheres, haja vista, Cascavel apresentar os requisitos solicitados pelo plano de Pacto pelo Enfrentamento da Violência Contra Mulheres. Diante do que foi apresentado, a mulher precisa ter vez, voz e garantido seus direitos na sociedade. Nosso projeto estabelece as diretrizes, a política municipal da mulher que será construída pelo município junto com os órgãos de atendimento às mulheres. Neste sentido, apresentamos este projeto muito importante para as mulheres e nós precisamos garantir. Cascavel, teve instituído o seu Conselho da Mulher em 2011 e este ano é um ano de conferências e, sobretudo, Conferência Municipal do Conselho da Mulher. É preciso que vocês mulheres e sociedade participem da discussão. – Vereador Celso Dal Molin: Parabéns pelo projeto que vem presentear as mulheres, ainda mais que domingo estaremos comemorando o dia internacional da mulher. É um presente que podemos dar, que além de darmos parabéns pra as mulheres no seu dia, que possamos fazer leis que venham proteger as mulheres de nossa cidade. Tem meu voto favorável e peço que possamos fazer algo tremor nesta manhã, abençoando nossas mulheres com este projeto e pedindo que ele seja aprovado pela maioria dos vereadores dessa Casa. – Vereador Pedro Martendal: Quero parabenizar o vereador Vanderlei Augusto da Silva pela ideia, quando passou pela Comissão de Justiça exaramos parecer favorável pela sua importância. E queria ressaltar aqui ainda mais a importância dele, uma vez que vemos pela mídia como as mulheres são maltratadas. Temos que tratar as mulheres com respeito. A lei Maria da Penha veio resguardar seus direitos, melhorou bastante, mas não na sua totalidade. Temos que resguardar as mulheres até pelo fato de que se não fossem as mulheres não estaríamos aqui. Elas que nos geram evidentemente com a participação do homem, mas elas nos carregam no seu útero durante 9 meses. Nós não estamos fazendo nenhum favor, é um direito delas terem nossa proteção e carinho. Mais uma vez obrigado por ter proposto este projeto e tem meu apoio e meu voto. – Vereador Fernando Winter: Quero dizer Vanderlei Augusto da Silva que seu projeto é muito bom, já derrubamos o parecer contrário e dizer que tem o voto deste vereador. Parabéns pelo projeto! – Vereador Vanderlei Augusto da Silva: Obrigado. Só gostaria de registrar aqui, meu agradecimento à ex-presidente do Conselho da Mulher e a partir de agora secretária de Assistência Social, Inês de Paula, pelo brilhante trabalho que fez em defesa das mulheres e também, a secretária que deixou a função Suzana Dal Molin pelo trabalho feito na Secretaria de Assistência Social e, sobretudo, o seu trabalho junto com o Conselho da Mulher. E às mulheres, parabéns, antecipado pelo dia de vocês que é todo dia, mas especialmente no domingo que é o dia internacional da mulher.- Presidente: Em votação; senhor primeiro secretário, proceda votação nominal, por favor. (Foram favoráveis, os vereadores: Aldonir Cabral, Cláudio Gaitero, Celso Dal Molin, Paulo Porto, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Nei H. Haveroth, Rui Capelão, Fernando Winter, Jaime Vasatta, João Paulo, Romulo Quintino, Professor Paulino, Robertinho Magalhães, Walmir Severgnini, Vanderlei Augusto da Silva, Marcos Rios,



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Luiz Frare, Pedro Martendal e Ganso Sem Limite) (Não houve voto contrário) – Secretário: Projeto aprovado pela totalidade dos senhores vereadores, senhor presidente. – Presidente: Projeto de lei nº 78/2014 aprovado pela totalidade dos senhores vereadores. Passamos à primeira discussão e votação do Projeto de lei nº 120, que estabelece a obrigatoriedade de arquivo provisório de atestado médico e dá outras providências, de autoria do vereador Jorge Menegatti. O projeto recebeu parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Saúde e Assistência Social; passamos à discussão do parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça. (-Peço a palavra) Com a palavra vereador Pedro Martendal. – Vereador Pedro Martendal: Quando hoje o presidente da Comissão, vereador Vanderlei Augusto da Silva, mas quando esse projeto foi apreciado na Comissão de Justiça no dia 15/10/2014, eu estava na presidência juntamente com o vereador Vanderlei Augusto da Silva e João Paulo de Lima e exaramos parecer contrário, mas meu voto hoje, é pela derrubada desse parecer; então fica até incongruente eu ter, na Comissão dado parecer contrário e hoje, pedir aos senhores vereadores que votem contra o parecer da Comissão, por motivos óbvios. Eu entendo a importância desse projeto e na Comissão exaramos o parecer contrário, em função que não poderia ser diferente, haja vista ser a Comissão de Justiça e Redação em conformidade com a resolução do Conselho de Medicina nº 1658/2002; mas entendo que eu enquanto vereador em Plenário, representando a comunidade, nós devemos aprovar o projeto e enviar um expediente ao Conselho de Medicina, pra que altere essa resolução dada a importância desse projeto. Então, sou favorável à derrubada do parecer e aprovação do projeto. Lembro um fato que ocorreu nesta Casa de Leis, há 6 anos, quando não era obrigatório o uso do cinto de segurança. Essa Casa de Leis preocupada com a segurança de seus munícipes entrou com um vereador na época, não me recordo quem, pedindo a exigibilidade do cinto de segurança em Cascavel e não era a nível nacional nem o Conselho de Trânsito Brasileiro exigia o cinto de segurança e aí foi discutida essa questão da constitucionalidade e, passado alguns anos o cinto passou a ser obrigatório; salvando milhares de vida. Acho importante esse projeto e peço que o parecer da Comissão seja prejudicado. Obrigado. – Vereador João Paulo de Lima: Quero manifestar apoio aos dois movimentos, tanto do Município como do Estado. Sobre a questão do projeto nº 120, do nobre vereador Jorge Menegatti, quero dizer que é um projeto ótimo e que vem ajudar, mas tivemos o parecer contrário na Comissão tanto na CCJ como da Comissão de Saúde da qual fazemos parte. Nós recebemos inclusive, do Conselho Regional de Medicina do Paraná e do Conselho Regional de Medicina da nossa cidade, alguns pareceres e inclusive uma ementa nos diz o seguinte: *O sigilo profissional é um direito do paciente, sua quebra só é admitida por autorização do paciente ou de seus responsáveis legais por justa causa ou dever legal.* Embora, um grande projeto, do nobre vereador, eu continuo pedindo voto pra mantermos estes dois pareceres, afinal de contas é o próprio Conselho que nos diz isso. – Vereador Jaime Vasatta: Quero apenas, fazer uma correção. O senhor colocou



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

que o Conselho Estadual de Medicina diz que o sigilo é importante. Concordo plenamente, o sigilo tem que permanecer; mas o projeto nº 120 não quebra sigilo nenhum, apenas obriga emissão em 2 vias, pra ficar arquivada e que permaneça no arquivo por 5 anos e, até podemos fazer uma emenda diminuindo pra 1 ano ou 2. Então, não está quebrando o sigilo de ninguém, o Conselho Estadual de Medicina passou que estava quebrando o sigilo das pessoas, mas não está quebrando o sigilo de ninguém; tanto que o vereador Burgarelli, que é o presidente do Conselho Municipal de Saúde é favorável ao projeto. Fui antes de protocolar, falei com o Dr. Burgarelli, mostrei o projeto, ele leu, analisou e falou: boa ideia! tem meu apoio! A própria Casa, os advogados da Casa, antes de protocolar o projeto eu fiquei 60 dias discutindo o assunto com os advogados da Casa e ninguém me falou que o projeto seria inconstitucional. Na verdade, o projeto bate em cima de uma resolução do Conselho Federal de Medicina e nós precisamos começar a mexer com isso, porque tivemos há pouco tempo uma quadrilha presa por atestados falsos. E quem paga isso é o consumidor, porque qualquer empresa joga na sua planilha de cálculos de despesa o atestado do funcionário; isso gera despesa e o produto que os senhores compram também, estão embutidos os atestados falsos que temos em Cascavel, já comprovado. Obrigado! – Vereador João Paulo de Lima: Quem cuidará desses atestados, afinal ficará em arquivo das Upas, das Unidades? É mais um trabalho específico pra que as pessoas possam controlar e se cai na mão de uma pessoa que não tem necessidade de ver o nome de uma pessoa que está com uma doença; então é necessário que tenhamos esse âmbito. Continuo pedindo pra que mantenham os pareceres. Obrigado! – Vereador Jorge Menegatti: Obrigado presidente! – Presidente: Se o senhor me permitir e quiser falar do parecer contrário da Comissão de Saúde e do parecer contrário da Comissão de Justiça, fazemos uma discussão única e depois votamos de maneira separada. Em discussão; o parecer contrário da Comissão de Justiça e também o parecer contrário da Comissão de Saúde até porque acredito que os argumentos são os mesmos; em discussão os dois pareceres. – Vereador Jorge Menegatti: Como o vereador João Paulo de Lima colocou agora a pouco, que pode o documento sumir ou alguém pegar; acho que a classe médica é muito responsável e eles vão arquivar isso em local seguro e não ficar jogado em cima da mesa. Hoje, você pega muitos atestados é uma via única e você não consegue ler o que está escrito, nem o nome da pessoa. Está lá 7 dias e você pode interpretar como 1, porque é tão complicado e como você vai discutir se é 1 ou 7. E se você for ao posto que emitiu o atestado com a guia e a atendente não sabe; mas se tiver alguém responsável que não vá quebrar o sigilo, que vá e pegue a segunda via vai poder pelo menos falar pra o médico: *você tem que ver se isso é 1 ou 7*. Já peguei vários atestados na mão e que não deu pra entender, lembrando que a quadrilha que foi pega em Cascavel, quando a gente já discutia este assunto. Olha: *Grupo vendia atestados médicos falsos*. Isso não é só em Cascavel e sim, no Brasil inteiro. Este projeto visa regulamentar o assunto em Cascavel. Em breve, vou levar este projeto pra Brasília pra ser discutido em nível



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

nacional. Esse projeto não é pra prejudicar ninguém que está doente, é pra tentar inibir os atestados falsos que temos. Podemos tentar colocar uma venda nos olhos, pra não ver isso, colocar uma cortina de fumaça. O problema existe e precisa ser tratado, que comece nesta Câmara de Vereadores como começou a discutir o assunto, pra que este assunto vá pra Brasília, pra ser discutido em nível nacional. Porque tudo isso gera custo pra todo mundo pagar; porque quando você compra um sapato, feijão, seja o que for, você paga tributo e paga despesa embutida dentro da planilha de custo das empresas. Esses atestados falsos geram um custo, pra vocês pagarem e pra nós pagarmos. Peço voto contrário aos pareceres, pra que a gente possa aprovar. Sei que pode surgir um problema lá na frente, mas vamos discutir o assunto... (- Um aparte) Pois não. – Vereador Pedro Martendal: Entendo a preocupação do nobre vereador, na questão do sigilo, mas acho que não haverá. Porque as anotações do médico ele só fornece para o paciente, então juntamente com essas anotações evidentemente ele arquivará também, a cópia do atestado. Então ele só fornecerá essas informações para o próprio paciente ou por medida judicial. Eu acredito que a questão do sigilo será preservada, até por questão ética do profissional que atender e assinar este atestado. – Vereador Fernando Winter: Gostaria, devido à polêmica, pois a própria Comissão deu parecer contrário e agora pede pra derrubar o parecer. Acredito que tem muitos vereadores, assim como eu na dúvida, gostaria que o vereador Jorge Bocasanta que presidiu a Comissão de Saúde se manifestasse, pois também temos a assinatura dele dando parecer contrário. Gostaria que ele se manifestasse, explicando melhor para os colegas o seu voto do parecer contrário. – Jorge Menegatti: Quero dizer que a intenção é boa, mas acho que vem de encontro aos princípios do Conselho Regional de Saúde por que quem dá atestado falso? Temos que pensar dessa maneira: se alguém dá atestado falso, quem tem que ser punido é o médico; porque dessa maneira vai quebrar o sigilo das pessoas, tem esse direito; vejo dessa maneira. Temos uma linha de investigação do Ministério Público, tem a Política Federal pra investigar qualquer coisa. Vejo essa preocupação, porque quando fica uma via em determinado local de saúde acho que fica muito exposto, então vejo dessa maneira. O projeto é bom, mas esbarra nestas questões do Conselho que já prevê o que você está propondo. – Vereador Jorge Menegatti: Obrigado pela colocação de pedir ao presidente da Comissão de Saúde, pra que se manifeste sobre o parecer. Já ia fazer isso e agradeço sua contribuição e gostaria de deixar aqui, pra o vereador Bocasanta que pudesse explicar pra gente o porquê do parecer contrário. E volto a pedir o voto contra os pareceres, pra que a gente possa dar sequência aos projetos. A questão do atestado falso, porque médico não tem nenhuma necessidade de emitir atestado falso. Obrigado. – Vereador Jorge Bocasanta: Quando a gente dá um atestado, a gente dá um atestado e uma doença que vai levar e toma nota no prontuário, o atestado de um dia, dois dias. A gente não coloca a doença, porque pode tipo assim, você está com Aids e eu te dou um atestado de HIV positivo, fica ruim. A gente não pode colocar o atestado frio, junto com o atestado normal. Vejo que isso só vai encarecer pra o



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Município, é um trabalho a mais, porque se for ao prontuário do paciente esta lá o atestado de: um dia, dois dias, com exceção do comprado. O comprado tem a polícia pra investigar. Se algum funcionário seu vai com um atestado frio, você coloca isso na justiça. Não tem lógica fixar no papel, no posto de saúde, vai perder, vai dar problema e é um trabalho a mais. – Vereador Jorge Menegatti: O senhor falou que sua preocupação na questão de colocar no atestado que a pessoa tem uma doença tipo Aids. O projeto nº 120 não diz que vai colocar a doença no atestado, não quebra sigilo nenhum. No atestado não vai a doença que a pessoa tem; no meu projeto não tem. Eu não determinei que tem que colocar o motivo da doença aqui, no atestado. Só estou dando um parecer diferente. – Vereador Jorge Bocasanta: Então não é um atestado, o atestado exige o Cid da doença. Só na tua palavra já deixou a Comissão de Justiça ver que seu projeto está errado. Todo atestado tem que ter o Cid. Só por esse motivo o veto deve ser derrubado. Continuo o voto com o João Paulo de Lima pela manutenção dos vetos e extinguir esse projeto. - Vereador Nei H. Haveroth: Realmente é um assunto discutível e polêmico, mas é importante dizer também que, quando a gente tem a suspeita de um atestado falso; aquele que falsificou não servirá pra ser arquivado, então dificilmente o órgão que estiver investigando esse atestado falso buscará uma via arquivada, porque ele não partiu desse princípio. Então não chegaremos talvez ao objetivo, no sentido de chegar até quem está passando o atestado falso. É uma preocupação relevante, mas diante dos argumentos fica complicado nós irmos contra o parecer da Comissão. – Vereador Professor Paulino: Rapidamente, considero que ficar à disposição de... nomes de pessoas que foram tratadas pra determinada doença, entendo que deve dar uma improbidade, é uma questão de ética, como vai expor o nome das pessoas; é importante o projeto no sentido de fiscalização, mas acho que a fiscalização teria outros mecanismos e não expor o nome das pessoas. Acreditamos que...meu nome eu quero ter preservado, vá que eu tenho um problema de saúde e que não quero expor. Vou ficar a mercê de quem quiser saber da minha enfermidade. – Vereador Jorge Menegatti: No meu projeto não diz que tem que colocar doenças, não tem nada. Só diz que tem que deixar numerado, fazer em duas vias e arquivar; não muda o atestado. Ele continua idêntico com doença ou sem doença. Vocês estão colocando que pela situação de colocar doença no atestado, já existe isso. Só vai fazer em 2 vias e arquivar, pra ter de repente uma garantia que precise verificar lá na frente. É só isso. Os argumentos da Comissão não estão no meu projeto, deve ser de outro. Esses argumentos estão falhos. – Vereador Robertinho Magalhães: Acho que o projeto é bom pra fiscalização, mas caro vereador Jorge Menegatti quando você fala em atestado é automaticamente, automaticamente que vai a doença da pessoa. Isso é automático em todos os atestados que são recebidos pelos médicos em posto de saúde. Você fez o projeto dirigido pra fiscalização, mas o atestado quando sai tem que sair, já vem do Ministério da Saúde, automaticamente já vem o nome da doença. Você não vai expor uma doença minha, do colega dentro do atestado. É diferente, o seu projeto nós podemos



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

modificar e colocar como fiscalização. Se colocar o atestado é automático que você vai ter a doença da pessoa ali. Obrigado. – Vereador João Paulo de Lima: Dizer o seguinte: foram vários e-mails recebidos, inclusive do Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná, que a partir do momento que a gente solicitou está aqui, do conselheiro e vice-presidente Luiz Hernesto, dizendo que na verdade é a mesma situação, o sigilo profissional é um direito do paciente, uma conquista da sociedade. O senhor mesmo nos colocou a situação, mas quem garante que esse arquivo não vai ser lido por outra pessoa que não seja da área. Então volto a repetir que é necessário nós mantermos o parecer. – Vereador Celso Dal Molin: Devido a polêmica desse projeto, queria pedir o adiamento desse projeto por 4 sessões pra que seja melhor estudado, e de repente ele pode virar um projeto de fiscalização talvez, mas quero pedir o adiamento por 4 sessões pra que possamos discutir melhor ele e que seja apresentado novamente. – Vereador Cláudio Gaitero: O que está em discussão é o parecer. O projeto não foi feita a discussão, ainda. – Vereador Luiz Frare: Estamos discutindo os pareceres. – Vereador Jorge Menegatti: Pode pedir o adiamento na discussão do parecer. – Presidente: Houve pedido de adiamento? – Vereador Celso Dal Molin: Isso. Pedido de adiamento por 4 sessões, porque não foram votados os pareceres; então adiamento dos 2 pareceres por 4 sessões. – Presidente: Estaria pedindo o adiamento da deliberação do projeto, o projeto é possível adiar. – Vereador Jorge Menegatti: Concordo. – Presidente: Em adiando o projeto no momento, se encerra a discussão e passamos a discutir o adiamento ou não do projeto. – Vereador Jorge Menegatti: Acho importante sua colocação, muito boa, pra que possamos ler o projeto e ver que no projeto não quebra sigilo de ninguém. Não muda o atestado médico. É importante pra que os nobres vereadores possam ler o projeto, senão vamos ficar discutindo aqui, coisas que não estão no projeto. Quero agradecer ao vereador Celso Dal Molin pelo seu pedido e peço aos senhores que votem pela suspensão do projeto por 4 sessões. – Presidente: Continua em discussão o pedido de adiamento por 4 sessões do projeto. – Vereador João Paulo de Lima: Quero dizer ao vereador Jorge Menegatti que foi lido o projeto, sim. E dizer que na verdade, foi remitido algumas denominações, inclusive do Conselho Federal de Medicina, através do seu projeto; porque ninguém iria mandar alguma situação a essa Casa se não tivesse a manifestação do projeto. Foi lido o projeto e inclusive, foi solicitado informações aos Conselhos de Medicina pra que tivesse a deliberação e devido a isso, estamos discutindo pra que fique em 4 sessões esse projeto, pra que então seja entendido melhor por Vossa Excelência, por todos os vereadores e também pelo Conselho Regional de Medicina pra que possa estar junto aos vereadores e pra que a gente possa melhorar o projeto de sua autoria. – Vereador Jorge Menegatti: Só quero salientar uma situação: Quando faço um projeto até consulto pra formar minha opinião; em algumas classes, mas sei que quando mexem no doce de alguém. Você vai mexer com os engenheiros, ninguém quer que mexa; você vai mexer com o dono do supermercado, que eu faço parte; não sou político, estou aqui como político, sou



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

administrador, meu ramo é outro. Estou passando um tempo aqui, prestando um serviço à comunidade. Quando você mexe com uma classe sempre dá polêmica, aquela classe não quer que mexa. Isso aqui mexe com a classe deles. É óbvio que o desejo deles é que não mexa; está muito cômodo. Óbvio que, os pareceres que mandaram pra essa Casa seriam desfavoráveis. Peço voto pra adiar o projeto, conforme o vereador Celso Dal Molin colocou, pra que a gente possa voltar à discussão do assunto. – Presidente: Em votação; o pedido de adiamento feito pelo vereador Celso Dal Molin do Projeto de lei nº 120/2014. Senhor primeiro secretário, proceda à votação nominal, por favor. (Foram favoráveis, os vereadores: Aldonir Cabral, Celso Dal Molin, Paulo Porto, Jorge Menegatti, Fernando Winter, Jaime Vasatta, João Paulo, Romulo Quintino, Professor Paulino, Walmir Severgnini, Vanderlei Augusto da Silva, Marcos Rios, Pedro Martendal e Ganso Sem Limite) (Foram contrários os vereadores: Cláudio Gaitero, Jorge Bocasanta, Nei H. Haveroth, Robertinho Magalhães, Luiz Frare e Rui Capelão) – Secretário: 6 votos contrários e 14 favoráveis, pedido de adiamento aprovado; senhor presidente. – Presidente: Com 14 votos favoráveis e 6 contrários, pedido de adiamento por 4 sessões do projeto de lei nº 120/2014 aprovado. Passaríamos à discussão do projeto de lei nº 106/2014, ocorre que chega a essa presidência um ofício dos vereadores: Fernando Winter e Jorge Bocasanta que passo a ler na sequência: senhor presidente, venho através deste, com base no artigo 104 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitar a retirada da pauta e o arquivamento do projeto de lei nº 106 de 2014, que dispõe sobre regulamentação e apoio ao Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – Proerd, no município de Cascavel. Como o projeto já está em votação é necessário à aprovação do Plenário para o pedido de retirada; então em discussão o pedido de retirada pelo autor. Com a palavra Fernando Winter. – Vereador Fernando Winter: Nossa assessoria e também, esse vereador entrou em contato com os responsáveis por esse projeto tão importante pra nosso Estado, realizado pela Polícia Militar. E conversando com os coordenadores, achamos melhor retirar o projeto, porque tem vários erros o projeto. Teríamos que ter um espaço maior pra fazer esses ajustes. Eles até agradeceram nossa boa vontade, mas se a gente pudesse retirar esse projeto, eles agradeceriam. Fica o compromisso de nós estudarmos melhor e realizarmos um novo projeto. Peço apoio pra retirada e arquivamento desse projeto. Obrigado. – Presidente: Em votação o pedido de retirada do Projeto de lei nº 106/2014; os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão e os contrários que se manifestem. Pedido de retirada e arquivamento do projeto de lei nº 106/2014, aprovado em segunda votação pela totalidade dos senhores vereadores. Passamos a moção nº 4/2015 que expressa apoio à greve dos servidores da saúde do município de Cascavel, de autoria dos vereadores: João Paulo de Lima, Professor Paulino, Marcos Rios, Walmir Severgnini, Rui Capelão, Jaime Vasatta, Paulo Porto, Ganso Sem Limite, Vanderlei Augusto da Silva, Robertinho Magalhães, Celso Dal Molin e Jorge Bocasanta; em discussão a moção. (-Peço a palavra) Com a palavra vereador Paulo



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Porto. – Vereador Paulo Porto: Neste momento, estamos votando uma moção de apoio à greve dos servidores da saúde, porém neste mesmo momento recebemos a informação que Edgar Bueno, prefeito, desmarcou a reunião que teria hoje, com o argumento grotesco que só receberá vocês; se voltarem a trabalhar. E remarcando de maneira unilateral, arbitrária, pra maio, pra voltar a debater com o sindicato. Um argumento típico de quem não reconhece a legitimidade dos movimentos sociais e de quem ainda vive no tempo dos coronéis. Além dessa Casa se solidarizar com essa moção é necessário cada vereador que assinou essa moção, fazer uma crítica contundente ao Executivo, porque ele se nega à abertura do diálogo. Ele chegou a denominar o movimento de vocês de ilegal, abusivo e arbitrário, em nota oficial. Gostaria de deixar meu apoio incondicional ao movimento de vocês. Deixar claro que quem está sendo arbitrário não são vocês, é o Executivo; que não respeita o movimento de vocês e se nega a negociar; se nega reconhecer a legitimidade do movimento com o argumento tosco, arbitrário de que só negocia quando acabar a greve. Isso não é negociação, isso é só arbitrariedade. Fica nossa solidariedade irrestrita a vocês e o nosso lamento e, espero que dos demais vereadores que aprovaram a moção. Iremos aprovar a moção hoje a esse tratamento pouco republicano e arbitrário do nosso executivo. Obrigado! – Vereador João Paulo de Lima: Novamente nesta tribuna dizer que, estamos acompanhando passo a passo os servidores da saúde do Município e me solidarizar com os servidores da Unioeste e do Hospital Universitário. Venho aqui lamentar, porque é necessário esse diálogo. Por que afinal de contas que garantia os servidores terão de que o acordo será ajustado? Entendo que o Município passa, como passa o Estado, a União, por várias dificuldades; isto é necessário a gente colocar. Sabemos do limite do Município, sabemos que um dos itens que somente se toca nisto, que é os 40% dos servidores, é muito bem negociável; o que é necessário é que se haja um diálogo e que o prefeito possa assumir um compromisso com esses servidores. Sabemos que em maio pode ser que haja uma negociação, isso é importante. Nós sabemos que eu também, conversei com todos os servidores e eles sabem da necessidade que o Município está passando; e quem sabe em maio volta-se o diálogo, mas é necessário ter um documento assinado pelo Executivo ajustando este acordo com os servidores. Venho dizer que, estamos com nosso mandato à disposição e dizer que a greve para neste exato momento, apenas tem que ter condições entre o Executivo e os líderes da greve, pra que se encerre; enfim é só um diálogo, é necessário. Agora, se dizer que não está faltando servidores nas Upas, está faltando. Sexta-feira fui lá e tinha profissionais que não estavam trabalhando, porque estavam com dificuldade desses servidores que estavam aqui; então eles são necessários, sim. Portanto, esse negócio de falar que vai descontar da folha é lamentável; a greve é legítima. Obrigado. – Vereador Celso Dal Molin: Passamos por um momento de truculência. Viemos nos solidarizar com os companheiros que aqui estão e como falávamos anteriormente com os nobres vereadores da base do governo, inclusive que nos reunimos na semana passada, que



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

quero registrar que eles tiveram o cuidado, chamando o Executivo na pessoa do secretário da saúde, administração, RH. Estivemos reunidos, onde propusemos que se fizesse um debate e pedimos que fosse feita uma Comissão dos Servidores da Saúde que estavam mobilizados naquele instante e que pudesse a gente, enquanto vereador fazer essa ponte. Eu vejo além do apoio ao movimento de greve e solidariedade, mas a gente precisa de ações mais concretas e acredito que estes vereadores que estão assinando e vão aprovar essa moção deverão também, fazer gestão junto ao prefeito que são da base do governo e nós que não somos da base, mas queremos estar participando. Que se constitua uma Comissão que já, na verdade entendo que a direção desse Sindicato é legítima pra estar negociando e que se faça o debate, como disse o Paulo Porto, republicano. Nós queremos uma atitude republicana, onde a gente possa estar resolvendo um problema que não é dos servidores que aqui estão, mas é do seu José, dona Maria, daquela criança que está sofrendo nos postos de saúde e não é culpa dos servidores, os servidores tem que ser respeitados. Entendemos que o servidor está sofrendo muito, está sendo penalizado; entendemos que temos essa condição; os demais vereadores da base do governo pra a gente poder ir conversar com o prefeito. Não tem essa coisa de: não atendo. Ora, o prefeito está aí pra quê? Assim como, da mesma forma, nós em Curitiba quando o governo ao invés de negociar está querendo judiciar a greve dos professores e está conseguindo maior problema, ainda. Entendemos que é fundamental e republicanamente é possível, a gente resolver esse problema discutindo. – Vereador Jorge Menegatti: Gostaria de pedir a manifestação do líder do governo, pra saber por que o prefeito não quer atender. Não estou dizendo que estão certos ou errados, mas que pelo menos se converse e coloque em discussão na mesa, pra ver se 10 é muito, 20 é muito, 40 é demais; vamos discutir o assunto, pelo menos isso. A população não pode pagar essa conta e eu gostaria que o líder do governo se manifestasse, porque o assunto veio pra essa Casa, o assunto faz parte do processo, mas o assunto é lá; então temos que ver e discutir realmente na mesa de quem resolve o problema e quem tem a caneta, porque nossa caneta é sem tinta. Não podemos mandar neste assunto. Obrigado. – Vereador Professor Paulino: Dizer para os servidores que um momento importante, a gente se manter mobilizado pra garantir o que de fato é de direito. Não estamos pedindo nada além. É direito do servidor se manifestar, não vivemos na ditadura, temos direito de sindicato, de nos manifestar e queremos ser respeitados é só isso. Obrigado! – Vereador Cláudio Gaiteiro: Eu ouvi atentamente todos os pronunciamentos e me lembrei que na Grécia Antiga, um menino chegou e falou pra mãe: “me decidi, vou ser político.” E a mãe desesperada falou: “Não, meu filho.” -“Você não quer que eu seja político?” -“Se você falar a verdade os homens vão te odiar e se você falar mentira os deuses vão te odiar, portanto todos vão te odiar.” Passados alguns dias o menino fala pra mãe: “Vou ser político.” -“Por que meu Filho?” “Porque vou mentir para o povo e eles vão me amar e vou falar a verdade para os deuses e eles também, vão me amar; portanto todos vão me amar.” Lembrei dessa passagem neste momento, aonde nós



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

estamos aqui diante de grandes mentiras. A primeira delas, feita pelo colega Paulo Porto, dizendo que é uma situação unilateral. Estou acompanhando desde o início este movimento. Fui duas vezes a sede do sindicato conversar com o presidente, ali no Felipe Adura e o recebi 2 vezes no meu gabinete, junto com o vereador Luiz Frare; pra conversarmos sobre a situação. Abrimos um diálogo com os demais vereadores, pra que fizesse a conversa com os secretários do município e pra que esclarecesse a situação exata que se encontram estes servidores. Existe diálogo, sim! O prefeito Edgar Bueno, recebeu os líderes em seu gabinete e abriu diálogo pra essa segunda-feira; desde o momento que todos continuassem atendendo o povo satisfatoriamente da maneira que estão atendendo. Por que o prefeito cancelou a reunião de hoje? Porque continuaram em greve e estão dificultando o bom atendimento nos postos de saúde. Tivemos a serenidade pra ouvir todos os vereadores, discutimos e conversamos. Chegamos a falar sobre os três principais pontos que existem na pauta, a 4.129 que conversamos com os vereadores, a respeito dessa lei. Falamos do diálogo com o prefeito e imediatamente os secretários fizeram esse diálogo com o prefeito. Nós chegamos também, a falar sobre os 40% de aumento. Sabemos que temos ali na frente, em 1º de maio, um dissídio coletivo onde será decidido, então um aumento que deve gerar entre 6 e 7% que é o que vai representar o aumento em todas as categorias, não só público como privado. Senhor presidente... – Presidente: Senhores e senhoras, vocês sempre foram muito recebidos nesta Casa, achamos legítimo o movimento, mas o artigo 207 do Regimento dessa Casa, o qual como presidente, tenho que cumpri-lo de maneira integral, estabelece que: qualquer cidadão pode assistir às sessões da Câmara na parte que lhe é reservada, desde que não manifeste apoio ou desaprovação ao que passa no Plenário. E eu como presidente dessa Casa, concordando ou discordando da manifestação de cada um dos senhores vereadores, sou obrigado a cumprir o que determina a lei. Gostaria de pedir o respeito e que vossas senhorias continuem acompanhando os debates, democracia é isso. Não é só ouvir o que a gente quer ouvir; muitas vezes é ouvir o que você não quer ouvir, mantendo o devido respeito. Tenho certeza que a gente vai continuar esse debate, que com certeza não terminará na sessão de hoje. Tenho certeza que tem muita luta pela frente, essa Casa sempre estará aberta pra auxiliar no que for possível. Gostaria de pedir a compreensão de todos, pra que possamos manter o respeito a cada vereador. Continue vereador. – Vereador Cláudio Gaitero: Só pra encerrar, peço que não sejamos como o menino da Grécia e sim, sejamos autênticos e vendo realmente, o que está acontecendo na cidade. Não assinei a moção, mesmo porque também, não fui procurado e imagino que o diálogo está em aberto entre os vereadores, este vereador e também o Executivo Municipal. Seria isso. Obrigado! – Vereador Celso Dal Molin: Só queria colocar que, quando o líder do governo falou da história do menino que prefere ser político, quero colocar que da minha parte esse mandato é baseado na verdade e não minto. Se não existia um vereador que trabalhava, na verdade, eu, diante de Deus, homem de Deus que sou, quero dizer que não tenho costume de mentir; então não



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

aceito a história que foi contada. – Vereador Paulo Porto: Somente pra informar ao Plenário que houve essa conversa de quase todos os vereadores com o Executivo e nós só pedimos uma coisa, porque não somos sindicato pra negociar, quem negocia é o sindicato. Só pedimos uma coisa: que o Executivo receba o comando de greve e a resposta foi não. A resposta foi que não receberá, enquanto vocês não voltarem ao trabalho, ou seja, que não há negociação. Então é unilateral sim, porque o sindicato quer conversar, o prefeito não. E pegando o mote da Grécia Antiga, existem líderes que mentem pra os deuses e manipulam os homens, que está sendo o caso do Executivo. Muito obrigado! – Vereador Celso Dal Molin: Gostaria de pedir aos senhores e senhoras pra que nós mostremos que podemos fazer um debate. Está no Regimento, é legal o que ele pediu, vamos participar divinamente. – Vereador Luiz Frare: É muito difícil não se curvar sob pressão, é muito fácil fazer discurso demagógico; o difícil é arcar com as consequências das medidas precipitadas que você toma como administrador público. O exemplo está aí, o que está acontecendo neste país. Então vamos voltar na história, em 2007 quando da edição da presente lei em vigor, ela foi discutida com o sindicato sim, foi sancionada pelo prefeito da época e foi amplamente discutida na justiça a sua constitucionalidade. Em 2009, quando o prefeito Edgar Bueno legitimamente eleito assumiu; o recursos humanos questionou sua aplicabilidade e suas consequências. O prefeito atendendo a solicitação dos funcionários dos recursos humanos entrou com ação direta de inconstitucionalidade junto à justiça. Aquele colegiado entendeu pela legalidade da lei e o que o município argumentava é que haviam colocado na lei distorções que no futuro iriam dar problema. O Tribunal de Justiça entendeu pela sua aplicabilidade, pela sua legalidade e o que aconteceu foi que o município de Cascavel, a partir da negativa do seu pedido, todos os editais de concurso foram publicados e anunciados pra todos os interessados que quisessem fazer o concurso, que estavam aplicando a regra que o Tribunal de Justiça entendeu como correta. A partir daquele momento todos os concursos, carga horária, adicionais, foram aplicados em cima do que a lei acordada e sancionada pelo prefeito, em comum acordo com o sindicato, se propuseram a aplicar. O município de Cascavel através do prefeito, que está exercendo o cargo legitimamente eleito em 2008 e que assumiu em 2009, está aplicando uma lei que ele não concordava, mas que a Justiça determinou: é essa que tem que aplicar. Quem está reivindicando com direitos ou não; é um direito de cada um de vocês e de cada um que dos que estão aí, querendo que modifique o que foi acordado com o sindicato de vocês, servidores. O município está atento à sua saúde financeira, atento a aplicar o que é legal, prudente e prudencial. Demagogicamente, se chama o que for, o que vem pela boca e vai na tribuna fazer discurso demagogo, é muito fácil fazer o discurso; difícil é aplicar o que o bom senso, a responsabilidade e o momento econômico que esse país está atravessando. Culpa do prefeito? Culpa dos Estados? Culpa de uma série de consequências e atitudes tomadas de modo precipitado. Obrigado! – Presidente: Em votação a moção nº 4/2015, que expressa apoio a greve dos servidores da saúde do município de Cascavel.



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Senhor primeiro secretário, proceda à votação nominal do parecer contrário, por favor. (Foram favoráveis, os vereadores: Aldonir Cabral, Celso Dal Molin, Paulo Porto, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Nei H. Haveroth, Rui Capelão, Fernando Winter, Jaime Vasatta, João Paulo, Romulo Quintino, Professor Paulino, Robertinho Magalhães, Walmir Severgnini, Vanderlei Augusto da Silva, Marcos Rios, Pedro Martendal e Ganso Sem Limite). (Foram contrários, os vereadores: Cláudio Gaitero e Luiz Frare) – Secretário: Com 18 votos favoráveis e 2 contrários moção aprovada, senhor presidente. – Presidente: Com 18 votos favoráveis e 2 contrários a moção nº 4, que expressa apoio à greve dos servidores da saúde do município de Cascavel, aprovada. Finda que está à matéria da ordem do dia; eu deixo a palavra livre aos senhores vereadores para pronunciamento de interesse público. Devido o adiantado da hora, vou inverter o pronunciamento de V. Excelências no interesse público passando primeiro ao pronunciamento da tribuna do povo. **TRIBUNA DO POVO** – Presidente: Temos o ofício do Sismuvel: *senhor presidente, venho por meio deste solicitar a inscrição de Daniela Fernanda Vieira dos Santos, técnica de enfermagem, lotada na Upa Veneza, pra representar essa entidade na tribuna do povo nesta data, conforme estabelece o artigo 88 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Cascavel.* Eu, como presidente dessa Casa, defiro o pedido e convido à senhora Daniela Fernanda Vieira dos Santos que se encaminhe à tribuna pra usar da palavra na tribuna do povo, pelo tempo regimental de 5 minutos. (A senhora Daniela Fernanda Vieira dos Santos, no uso da palavra expôs os motivos da greve, bem como mencionou e o posicionamento do prefeito municipal em relação a essa) – Presidente: Temos um ofício também, do Sindicato dos Trabalhadores de Estabelecimentos de Ensino Superior do Estado do Paraná: *senhor Gugu Bueno, presidente da Câmara de Vereadores, solicitamos o uso da palavra no espaço cedido da tribuna do povo ao Sintoeste, para que possa expressar sobre o momento de greve dos servidores da Unioeste e do Hospital Universitário.* Pedido deferido. Peço ao representante do Sintoeste que se dirija à tribuna, por favor. O senhor tem o prazo de 5 minutos. (O representante do Sintoeste discorreu sobre as razões da greve) – Presidente: Temos também, um ofício do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso: *senhor presidente, o Conselho Municipal dos Direitos do Idoso por seu presidente abaixo assinado, comparece respeitosamente à presença de V. Excelência pra requerer espaço na tribuna livre dessa Casa de Leis, a fim de dar continuidade e publicidade na campanha e movimentação pelo imposto de renda.* Pedido deferido. Convido ao senhor Jaime Mariano, presidente do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso para que compareça à tribuna e faça uso do seu tempo regimental de 5 minutos. (O presidente do Conselho Municipal dos Direitos do idoso Jaime Mariano expôs a importância de destinar recursos do imposto de renda para entidades beneficentes do Município de Cascavel). **GRANDE EXPEDIENTE** – Presidente: Passamos ao grande expediente e estão inscritos pra falar no interesse público os vereadores: Jorge Bocasanta, Professor Paulino, Nei H. Haveroth, Rui Capelão, Cláudio Gaitero, Romulo Quintino, Paulo Porto, Luiz Frare e Pedro



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Martendal. Com a palavra vereador Jorge Bocasanta. - Vereador Jorge Bocasanta: Abro mão da palavra. – Presidente: Obrigado. Com a palavra vereador Professor Paulino. – Vereador Professor Paulino: Só lembrando que, faz várias sessões que estamos vindo falar sobre o movimento de greve dos trabalhadores e a todo momento temos que estar repetindo. Tem um elemento novo, primeiro saudar nossos companheiros funcionários que já havíamos feito isso antes, mas reforçando nossos laços de compromisso com a classe trabalhadora. O nosso compromisso de estar sempre junto com vocês que fazem com que esse Município, esse Estado, esse País se mova. Cumprimentar seu Jaime do Conselho de Idosos; eu também estou passando pra essa categoria dos aposentados já que, estou encaminhando minha aposentadoria. A nossa sociedade valoriza o cidadão pelo trabalho, quando ele deixou de trabalhar, deixou de ser importante assim como a gente entende também crianças que também, não são valorizadas como deveriam, porque não produzem. O ser humano só tem valor quando produz riqueza e que essa riqueza nem sempre é pra quem produz, porque ele produz a riqueza dos outros. E um informe rapidamente em relação a APP Sindicato, que é o sindicato da nossa categoria. Fomos notificados e até sexta-feira ainda não havíamos, mas a imprensa já noticiava que o governador estava buscando a ilegalidade da greve. O que noticiou logo em seguida que a própria imprensa acabou recebendo a outra informação de que não foi à ilegalidade que se buscou e sim, o secretário inclusive mal informado que não sabe nem como funciona as escolas, não sabe nem a nomenclatura dos trabalhadores que trabalham nas escolas e, ele está pedindo o retorno de 1/3. Falou do administrativo, mas a escola não funciona só com administrativo. E diz que os professores do 3º ano, como é meu caso, que trabalho com as terceiras séries; tem que retornar. Ele está preocupado com a qualidade do ensino, Enem, etc., nós também estamos e por isso, estamos em greve. Os terceiros anos de modo geral... é terceiro ano, mas nos cursos técnicos não é terceiro ano; aqueles que trabalham nos cursos técnicos é no 4º ano, que é a finalização do ensino médio. Pra esses alunos não tem coordenador de curso, não tem como funcionar e não tem pedagogo, não tem como retornar. A APP entra neste momento com uma solicitação da suspensão dessa liminar do governo e espero que já tenham conseguido e, que o juiz seja rápido. Ilegal é o que ele está fazendo, é fazer o corte que ele está fazendo, não aceitamos de jeito algum estes cortes. Porque foi julgado... Acusação falsa, as farsas aí, dizendo que estamos em greve, porque queremos deixar chegar determinado dia que tem um movimento nacional; mas é o que o companheiro falou, nem é por salário, estamos por conta do nosso plano de carreira, pelo que temos hoje. Este é um dos pontos fundamentais da nossa greve hoje, e que a APP resiste bravamente, assim como os demais servidores. Resistiremos até quarta-feira, esperamos que até lá o governo apresente uma proposta viável, e que a gente possa estar na assembleia da próxima quarta-feira, que a gente possa ter o quê avaliar. Por outro lado a defesa da comunidade que é o quê? Que retorne o porte das escolas, que retorne o número de funcionários que nós tínhamos, que não empilhe as crianças lá



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

pra sofrer na escola. Comentamos com uma mãe, você não quer que seu filho vá sofrer, neste empilhamento; 40, 40 e poucos alunos numa sala de aula pra que a administração sobre recursos. Tirar recursos da educação; acho que isso é grave é crime. E da saúde, também. E aqui no decorrer, não é novidade pra ninguém, o vereador Bocasanta apresentava um pedido de Comissão de Ética pra nosso colega que se envolve numa situação vexatosa, que essa Câmara não tem que pagar por isso. Sou um vereador que estou entrando há pouco tempo na Casa, não tenho nada a ver com o que aconteceu no passado, mas a gente se preocupa com as situações que todos podemos ser envolvidos. Inclusive, a repórter Fernanda Toigo que está aqui e que flagrou um colega nosso em atitude suspeita. Recebemos aí, um pedido de trabalhadores, de cidadãos que estará protocolando nesta Casa, informamos aos nobres pares que vamos ter que estar dando vazão ao debate. Denúncia política que poderá culminar com a cassação do vereador, que se envolveu nesta situação. *A priori* todos são inocentes. Como o colega que falava sobre a Bíblia. A palavra também, diz o seguinte: nós condenamos o pecado e não o pecador. O pecador, um dia pode ter a pena abrandada. O crime, o pecado, tem que ser condenado e não podemos ser submissos num momento deste. Imagino que haja o bom senso pra que possamos acolher essa ação popular, pra resolver este problema e outros pra que possamos preservar a honra dessa Casa. No mais, muito obrigado. – Presidente: Com a palavra vereador Nei H. Haveroth. – Vereador Nei H. Haveroth: Devido o adiantado da hora poderia falar amanhã. – Presidente: Obrigado. Com a palavra vereador Rui Capelão. – Vereador Rui Capelão: Não fiz nenhum pronunciamento anterior sobre a saúde, mas vocês sabem que sou um grande parceiro de vocês. Conheço a Casa e o Poder Executivo e vi vários aumentos sendo dados que fui contrário, como o IPTU que fui contrário que o governo queria e conseguiu 20% e assim temos visto aumentos que achamos comprometedores, mas o menos comprometedor que existe: é a compreensão do salário de vocês ser muito irrisório e precisar na realidade, uma lei que possa a saúde ser valorizada. Enquanto a saúde não for valorizada, nós não teremos uma boa saúde em Cascavel; portanto sou parceiro aos que quiserem a greve hoje, porque sabemos da necessidade que existe e precisa realmente essa Casa se mobilizar, como falei semana passada. Mas tenho outro assunto importante pra comentar. Recebi em meu gabinete, uma solicitação do senhor prefeito municipal pedindo pra ser anulada a lei 6.261. Essa lei é de minha autoria referente à cultura, ela determina que tudo o que seja arrecadado nos espaços culturais que seja repassado ao Conselho Municipal da Cultura pra investimentos na cultura. É um projeto tentando fazer com que nossa cultura seja valorizada. Temos pessoas que mexem com teatro, pintura, grafite e nós realmente precisamos dar um apoio pra aqueles artistas, cantores, compositores, são tudo pessoas que precisam de um apoio e não possuem; então minha lei pede que 100% do que for arrecadado nestes espaços, sejam repassados pra cultura. O Conselho da Cultura tem 50% que é indicado pelo Município pelo Poder Executivo e 50% indicado pelos órgãos da sociedade organizada. O prefeito



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

não gostando que a lei, foi aprovada; mandou o veto. Foi derrubado o veto, foi promulgada pelo ex-presidente Márcio Pacheco, mas mesmo assim ele entrou com uma ADIN no Estado, tentando anular a lei; mas não se sentindo vencido pela cultura ele encaminhou um projeto, pra que fosse anulada essa lei e criada uma nova lei. Nesta nova lei ele pede que 50% do arrecadado nestes espaços culturais seja repassado ao Conselho de Cultura pra fazer reformas, melhoramentos e não o que a lei coloca; que é você trabalhar em cima de projeto pra cultura. Nós queremos que trabalhe em cima de projetos, que tenhamos pessoas capacitadas pra desenvolver atividades culturais. Se você gostaria de participar de teatro, ter curso; a Secretaria deveria dar esse curso de teatro gratuito. Tudo isso ser organizado pelo Conselho de Cultura, infelizmente não é o que ele quer. Quer que 50% do arrecadado seja repassado ao Conselho de Cultura simplesmente pra fins de preservar os espaços culturais e o Conselho de Cultura passa a ser um órgão prestador de serviço do Município, não exercerá mais suas atividades culturais. Vai ser o que vai contratar o pintor pra pintar a parede, o pintor pra arrumar o cano d'água e que é dever do Município fazer; portanto lamentavelmente a lei que o prefeito encaminha pra essa Casa pra desfigurar uma lei aprovada por todos os vereadores, faz com que nossa cultura fique diminuta. Gostaria que no dia que esse projeto fosse votado, que a Cultura estivesse aqui, todos os cascavelenses que são amigos da cultura, que querem ver a cultura crescer em Cascavel e que estejam aqui trabalhando contra esse projeto que não ajuda a população cascavelense; mas deteriora toda nossa cultura, enquanto estamos aqui lutando pela melhoria da nossa cultura. É lamentável, mas tenho que fazer em defesa da cultura e o meu pronunciamento porque é em defesa também da nossa Casa, dos nossos vereadores que aprovaram o projeto. O vereador Luiz Frare quer me pedir um aparte. – Vereador Luiz Frare: Só voltando um pouco no seu discurso. O senhor concorda com aumento da iluminação da Copel de 37%? – Vereador Rui Capelão: Não é a Copel que determina o aumento, se fosse não seria esse aumento; mas este aumento vem de Brasília. E ontem passou na televisão que tem Estado no Nordeste que vai aumentar 7%, tem Estado que vai aumentar 40% mas eu defendo a saúde, porque já tinha entrado projeto aqui de aumentar salários de determinadas categorias; portanto gostaria que viesse também, projeto pra melhorar o salário dessa categoria que é do pessoal da saúde. Obrigado. – Presidente: Com a palavra vereador Cláudio Gaiteiro. – Vereador Cláudio Gaiteiro: Senhor presidente, pena que as pessoas estão esvaziando. Nós gostaríamos que nos ouvissem, nós até íamos dispensar a palavra, mas depois do pronunciamento da colega servidora da saúde resolvemos falar algo a respeito. A servidora falou sobre... cadê a servidora que falou sobre isonomia? Não está aqui. O vereador Luiz Frare muito bem lembrou da lei 4.129 de 2005; na época então sancionada por alguns vereadores e pelo prefeito Lísias Tomé, a respeito de algumas modificações nos cargos e nas tarefas exercidas pela saúde. Ela falou que a data base é em maio, que foi dado aumento pra alguns servidores fora de época, como: advogados e engenheiros. A lei que modificou os



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

cargos da saúde é de novembro de 2005, que eu saiba novembro não é data base. Sabe quanto os funcionários beneficiados com essa lei tiveram na época? 33%, quando houve a redução de carga horária dos servidores da saúde e ali foi recebido 33% de aumento em novembro e não maio, conforme falou a servidora que seria a data base. Em novembro, foi dado aumento a estes servidores, conforme a lei 4.129. Ela citou também, a respeito de isonomia. Vou ler pra os senhores, tão logo o prefeito Edgar Bueno assumiu em 2009, os diretores do recursos humanos foram no prefeito e questionaram sobre essa lei que era inconstitucional. Sugeriram que o prefeito entrasse com ADIN. Tenho aqui o acórdão do resultado dessa ADIN. Requer o autor, inicialmente o deferimento do pedido de tutela antecipada, pra suspender a eficácia da lei 4.129 de Cascavel pleiteando no final a procedência do pedido, pra que seja declarada a inconstitucionalidade do referido diploma legal. Pra tanto que a citada lei municipal alterou as regras previstas e anteriores concursos públicos, pra provimento de cargos lotados na Secretaria de Saúde, diminuindo a carga horária dos servidores e provocando uma situação anormal. Servidores ocupantes do mesmo cargo; mas lotados em Secretarias distintas, possuem carga horária diferenciada; embora com remuneração em funções idênticas e desencadeando ofensas ao princípio da isonomia, artigo 5º da Constituição Federal e da vinculação ao edital de chamamento ao concurso público, artigo 37 da Constituição Federal. A ministra que deu o acórdão final, procuradora de justiça, opinou pelo indeferimento do pedido de limiar; portanto foi em 2010 esse acórdão da ministra, alegando que o município de Cascavel teria que manter a lei 4.129, onde reduziu a carga horária dos servidores de 40 pra 36 horas e não pra 30 horas. Conversando com o secretário municipal da saúde, o mesmo alega e informa que muitos dos servidores na época foram beneficiados com essa lei; não só no aumento salarial, mas também onde pode ter outro vínculo empregatício que acho normal, legal em função de que os servidores da saúde o qual respeito muito, tem o direito de trabalhar em mais de um vínculo empregatício. A colega também, citou sobre cargos comissionados. O Município de Cascavel tem em lei, aprovado por essa Casa, para serem admitidos funcionários comissionados 254 e, possui hoje no município 179; sendo 60 servidores e 119 comissionados. Temos 3 secretários que exerciam, funcionários do município, ou seja, Waldecir Nath, o senhor Welton e a senhora Suzana que exerciam 5 Secretarias; funcionários de carreira do município exercendo; o nosso secretário Reginaldo também, assumindo a Secretaria de Saúde e exercendo cargo de confiança no município, funcionário de carreira; então são 6 Secretarias ocupadas por funcionários de carreira. Nós quando assumimos, juramos cumprir nossa Constituição Federal, na sua Lei Orgânica do Município e Regimento Interno. Nosso prefeito também, jurou cumprir a Constituição Federal e a Lei Orgânica do Município, ele não pode ser irresponsável e fazer algo que ele não pode fazer, onde a lei não permite. Isso os senhores podem ter a plena certeza disso. Falou também, a servidora que não existe diálogo há 4 anos. O município de Cascavel, todas as vezes que foi procurado pelo Sismuvel sempre conversou até se esgotar todas as possibilidades de



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

reajuste ou das reivindicações dos servidores. Gostaríamos neste minuto final colocar exemplos de salários, não sei se o menino da técnica está atento lá. Uma pesquisa salarial que foi feita em 2 hospitais, que são importantes aqui no município: o hospital São Lucas e a Policlínica, onde enfermeiro no hospital São Lucas R\$ 1.940,00, no município de Cascavel R\$ 2.999,00. Técnico de enfermagem no hospital São Lucas R\$ 1.360,00, no Município de Cascavel R\$ 1.402,11. Hospital Policlínica - enfermeiro R\$ 2.160,00; técnico de enfermagem R\$ 1.240,00 e no município de Cascavel R\$ 2.999,00 enfermeiro da Upa e técnico de enfermagem da Upa R\$ 1.402,11; então pra os senhores, só fazendo um comparativo com 2 hospitais de Cascavel e que Cascavel está realmente um pouco acima do que oferece o mercado da cidade. Seria isso. Muito obrigado! – Presidente: Com a palavra vereador Romulo Quintino. – Vereador Romulo Quintino: Pelo adiantado da hora, abro mão da palavra. – Presidente: Obrigado plateia e pela compreensão Romulo Quintino. Não esperava outra atitude de V. Excelência, vereador Romulo Quintino. Com a palavra vereador Paulo Porto. O senhor tem o prazo de 10 minutos. – Vereador Paulo Porto: Serei breve, venho a tribuna pra falar de demagogia e ausência da verdade. Afirmar que este vereador em nenhum momento faltou com a verdade nesta tribuna. Em nenhum momento foi demagogo ao afirmar, o que afirmei e reafirmo que: o Executivo rompeu as negociações de forma unilateral. Rompeu as negociações com o Sindicato, tanto é que nas reuniões que fizemos entre os vereadores dessa Casa, organizados pelo Cláudio Gaitero que foi algo positivo, é algo de se elogiar. Uma reunião com os vereadores e o Executivo qual foi o único encaminhamento que conseguimos avançar? Até porque, nós vereadores, não podemos negociar pelo sindicato. Não sou eu pra falar o que vocês querem negociar com o Executivo. Vocês têm que ter a oportunidade de sentar com o Executivo e negociar com os representantes legais da categoria. O que propomos? Nós exigimos e solicitamos por unanimidade de todos os vereadores que o Executivo abra-se negociação, porque o Executivo sentou na segunda passada e fez uma proposta: Voltem ao trabalho. Isso não é proposta. Quem já fez movimento paredista, grevista, isso não é proposta. Isso é não negociar, ele fala: só converso se vocês voltarem a trabalhar. Foi a única proposta feita pelo Executivo e de maneira correta o Sindicato se negou, e por isso a reunião que estava marcada pra hoje, foi desmarcada de forma unilateral. Unilateral é quando alguém faz sem consultar o outro e foi o que aconteceu; sem consultar o Sindicato, o Executivo desmarcou. Então deixar claro que a função nossa, ou seja, nós não temos como discutir com o Executivo o que é possível ou não, ele negociar com a categoria. Como os vereadores falaram: tem que sentar com a categoria, tem que respeitar a legitimidade da greve e não ficar ameaçando como está ameaçando: “vou descontar salário”; vai acabar com progressão, como ele tem falado publicamente e não é conversa de bastidor, tem falado publicamente que vai ter problema na carreira. Não é assim que se negocia, por isso eu não fui demagogo e nem faltei com a verdade. Demagogia é quando se mente, se joga pra plateia. Estou reafirmando o que aconteceu: infelizmente, o Executivo se nega a negociar com o



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

movimento legítimo. Quero encerrar parabenizando os servidores da saúde, a Dani pela bela fala, fala ativa; ao meu grande companheiro do Sintioeste, nos representando, que eu me senti representado porque sou do sindicato. Era da direção, fui vice-presidente, então com muito orgulho vi o Sintioeste, nesta tribuna. Venham mais vezes, hoje é um dia bonito, porque a Casa do povo foi tomada pelo povo e siga sendo tomada pelo povo. E encerrando, voltando novamente ao ditado grego do Cláudio Gaitero, eu não sou oráculo, não sei se o Edgar Bueno fala com Deus, mas com certeza não está falando com os homens. – Presidente: Com a palavra vereador Luiz Frare. – Luiz Frare: Visto o adiantado da hora, abro mão da palavra. – Presidente: Obrigado. Com a palavra vereador Pedro Martendal. – Vereador Pedro Martendal: Tendo em vista o adiantado da hora, abro mão da palavra. – Presidente: Obrigado vereador! Não havendo mais ninguém pra pronunciamento de interesse público encerro a presente sessão. O presidente encerrou a presente sessão ordinária às doze horas e vinte e seis minutos. E nada mais havendo a tratar e a constar, foi transcrita por mim, Ivanilza Moreira Rocha, a presente ata, que depois de lida e aprovada será devidamente assinada pelo Secretário e pelo Presidente que dirigiu os trabalhos nesta Sessão da Câmara Municipal de Cascavel.

GUGU BUENO

Presidente

ROMULO QUINTINO

1º Secretário